

CENTRO DE INSTRUCAO ALMIRANTE GRACA ARANHA

Estudo Técnico Preliminar 234/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63094.003491/2025-25

2. Descrição da necessidade

O Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), na qualidade de Organização Militar de Ensino (OME), tem sua missão definida pelo Decreto nº 68.042, de 12 de janeiro de 1971, como sendo “destinado à formação, aperfeiçoamento e ao adestramento do pessoal das categorias profissionais da Marinha Mercante e demais atividades correlatas”.

A estrutura organizacional do CIAGA compreende três Superintendências (Ensino, Administração e Corpo de Alunos), subordinadas ao Comandante, auxiliado por um Imediato e por assessorias especializadas. No âmbito da Superintendência de Administração, encontra-se o Departamento de Serviços Gerais, ao qual está subordinada a Divisão de Transporte. Compete a essa Divisão a gestão, controle e manutenção das viaturas administrativas e operativas, assegurando o transporte de alunos, instrutores e servidores, bem como o atendimento das demandas logísticas da Organização Militar.

Considerando que a frota de veículos constitui patrimônio público relevante e é essencial para a execução das atividades administrativas e de ensino do CIAGA, faz-se necessária a contratação de serviço de seguro automotivo, de forma continuada, visando garantir a proteção integral das viaturas.

A contratação busca mitigar riscos decorrentes de colisões, furtos, incêndios e outros eventos de natureza acidental ou ambiental, assegurando a disponibilidade operacional dos veículos e a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Organização. Além de resguardar o patrimônio público, a medida contribui para a redução de custos com reparos e indenizações, promovendo a eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

A adoção de seguro automotivo também está alinhada aos princípios da gestão responsável e sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021, e às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, uma vez que previne desperdícios de recursos e garante o uso racional e seguro dos bens públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Serviços Gerais	Capitão-Tenente (AA) Bruno Ribeiro Vicente
Divisão de Transportes do Departamento de Serviços Gerais	SO-MO Alessandro Pires da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da presente contratação têm por objetivo assegurar a prestação de serviços de seguro automotivo para a frota de viaturas do CIAGA, em conformidade com os normativos da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, garantindo ampla cobertura, agilidade no atendimento e observância às condições técnicas e legais aplicáveis.

4.2. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente os normativos expedidos pela SUSEP para a emissão e manutenção das apólices de seguro.

4.3. A CONTRATADA deverá emitir as apólices no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, contendo todas as informações referentes às coberturas contratadas, prêmios, franquias e período de vigência (data de início e término).

4.4. A CONTRATADA deverá emitir as apólices de seguro, conforme consta nos Estudos Técnicos Preliminares, com as seguintes coberturas mínimas:

COBERTURA	VALOR DE REFERÊNCIA
Compreensiva colisão/Incêndio/Roubo/Furto	100% FIPE
Danos Materiais (veículos leves/médios)	R\$ 100.000,00
Danos Corporais (veículos leves/médios)	R\$ 100.000,00

Danos Materiais (veículos pesados)	R\$ 200.000,00
Danos Corporais (veículos pesados)	R\$ 200.000,00
Danos Morais	R\$ 50.000,00
Extensão de Reboque	300 km
Franquia Básica	100

4.5. O serviço de seguro automotivo é classificado como serviço de natureza continuada, tendo em vista a necessidade de cobertura ininterrupta para a frota de viaturas da Organização.

4.6. As apólices emitidas serão regidas pelos normativos da SUSEP e pela legislação aplicável à matéria, incluindo a Lei nº 14.133/2021 e o Código Civil Brasileiro, no que couber.

4.7. A CONTRATADA deverá garantir o atendimento ao veículo segurado e seus ocupantes em caso de pane ou sinistro no prazo máximo de 2 (duas) horas a contar da comunicação do evento.

4.8. O pagamento de franquia, quando aplicável, poderá ser efetuado diretamente às oficinas credenciadas pela seguradora, desde que estas estejam devidamente regulares e autorizadas.

4.9. A licitante deverá declarar possuir pleno conhecimento das condições necessárias para a execução dos serviços, responsabilizando-se pela adequada prestação durante toda a vigência contratual.

4.10. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como transporte, seguros, impostos, taxas, contribuições, despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratual.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizada a análise de mercado e identificaram-se contratações similares efetuadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de observar melhores práticas e metodologias aplicáveis à presente contratação.

Após a análise das aquisições semelhantes, verificou-se que as informações obtidas na fase interna do processo permanecem pertinentes, não tendo sido identificadas novas tecnologias ou soluções que alterassem as conclusões anteriores. Assim, a natureza do objeto — seguro veicular — não apresenta complexidade que exija medidas complementares.

Considerando o valor estimado e as características do serviço, constatou-se que a modalidade mais adequada é pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global por viatura, por se tratar de serviço comum, com especificações e padrões de desempenho objetivamente definíveis.

Dessa forma, a solução escolhida se mostra a mais vantajosa, por promover competitividade, padronização e economicidade, em conformidade com as práticas de mercado e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Como metodologia para a pesquisa de preços e definição dos parâmetros de mercado, foram utilizadas as ferramentas Painel de Preços, consultas a contratações similares e pesquisa em mídias especializadas do setor de seguros.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em seguros automotivos, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para a prestação continuada de serviços de seguro veicular destinados à frota de viaturas do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA). O serviço tem por finalidade assegurar a proteção do patrimônio público representado pelos veículos oficiais desta Organização Militar, garantindo cobertura contra colisões, furtos, roubos, incêndios e demais eventos de natureza acidental ou ambiental, em conformidade com os normativos aplicáveis.

Em relação a participação na licitação, esta não poderá ser exclusiva para ME/EPP em virtude de não existirem empresas no mercado segurador enquadradas como ME/EPP. A legislação que rege o setor de seguros (Decreto-Lei nº 73/66 e o Código Civil) estabelece que as seguradoras devem operar sob a forma de sociedade por ações ou de sociedade cooperativa previamente autorizada pela Susep (Art. 24 do Decreto-Lei nº 73/66). Dessa forma, tem-se que as empresas enquadradas como ME/EPP podem ser constituídas sob outras formas jurídicas (como Sociedade Limitada, EIRELI, etc.) que não se encaixam nos requisitos para operar como seguradora. Ademais, a atividade de seguro envolve a gestão de grandes volumes de recursos e a assunção de responsabilidades financeiras significativas, o que geralmente requer uma estrutura empresarial maior e mais robusta do que os limites estabelecidos para ME/EPP. Além disso, a Lei Complementar nº 123/2006 que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, em seu art. 3º, § 4º, inciso VIII, vedou expressamente referidas empresas a operar no mercado de seguros, conforme a seguir:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

Adicionalmente, o Decreto-Lei nº 73/66 também estabelece a definição de seguros privados em seu art. 3º, conforme a seguir:

Art 3º Consideram-se operações de seguros privados os seguros de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias.

Portanto, a licitação não poderá ser exclusiva para ME/EPP, devendo permitir a ampla participação de empresas seguradoras regularmente constituídas e autorizadas pela SUSEP, garantindo competitividade e conformidade legal com a legislação setorial e com a Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos dos seguros veiculares a serem contratados tem como objetivo as seguintes características:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD
1	Serviço de Seguro Veicular Viatura: Ambulância Renault Master L3H2 Placa: TTC2J84 Ano/Modelo: 2024/2025	30127	UN	1
2	Serviço de Seguro Veicular Viatura: FORD/CARGO 1319 Placa: LQT-8353 Ano/Modelo: 2012/2013	30127	UN	1
3	Serviço de Seguro Veicular Viatura: MUNCK IVECO/VERTIS 130V19 Placa: KYI-7009 Ano/Modelo: 2012/2013	30127	UN	1
4	Serviço de Seguro Veicular Viatura: TOYOTA COROLLA GLI UPPER Placa: LMQ6J23 Ano/Modelo: 2017/2018	30127	UN	1
5	Serviço de Seguro Veicular Viatura: DOBLÔ Placa: RKE0F26 Ano/Modelo: 2019/2020	30127	UN	1
6	Serviço de Seguro Veicular Viatura: M. BENZ MASCA MICRO ÔNIBUS	30127	UN	1

	Placa: LMN-3895 Ano/Modelo: 2017/2018			
7	Serviço de Seguro Veicular Viatura: VW/MASCARELLO ÔNIBUS Placa: KMN-4481 Ano/Modelo: 2005/2005	30127	UN	1
8	Serviço de Seguro Veicular Viatura: AGRALE/COMIL ÔNIBUS Placa: LPJ-8519 Ano/Modelo: 2009/2009	30127	UN	1
9	Serviço de Seguro Veicular Viatura: VERSA 16SV Placa: LTA-8141 Ano/Modelo: 2017/2017	30127	UN	1
10	Serviço de Seguro Veicular Viatura: AMBULÂNCIA DUCATO MC Placa: KVZ8E26 Ano/Modelo: 2012/2013	30127	UN	1
11	Serviço de Seguro Veicular Viatura: VAN TRANSIT 350L BUS Placa: LQX-8616 Ano/Modelo: 2012/2013	30127	UN	1
12	Serviço de Seguro Veicular Viatura: VAN DUCATO MINIBUS Placa: LKW-8268 Ano/Modelo: 2009/2009	30127	UN	1
13	Serviço de Seguro Veicular Viatura: VAN MASTER NIKS 16P Placa: KZA-8656 Ano/Modelo: 2018/2019	30127	UN	1
14	Serviço de Seguro Veicular Viatura: FIAT ARGO Placa: TTL7E32 Ano/Modelo: 2025/2025	30127	UN	1

15	Serviço de Seguro Veicular Viatura: FIAT ARGO Placa: TTM7D11 Ano/Modelo: 2025/2025	30127	UN	1
16	Serviço de Seguro Veicular Viatura: ÔNIBUS VW Placa: TTD8H69 Ano/Modelo: 2025/2025	30127	UN	1
17	Serviço de Seguro Veicular Viatura: SPIN Placa: TOF2E24 Ano/Modelo: 2025/2025	30127	UN	1
18	Serviço de Seguro Veicular Viatura: VAN BOXER Placa: TTK9G41 Ano/Modelo: 2025/2025	30127	UN	1

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 79.346,13

O custo estimado total anual da contratação, que é o máximo aceitável é de R\$ 79.346,13 (Setenta e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais e treze centavos), conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço anexada neste processo, e a tabela do item 1.1 do Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com o objetivo de ampliar a competitividade e gerar mais economia, a Lei 14.133/21 estabeleceu em seu artigo 40, inciso v alínea b, a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto. Entretanto, o TCU indicou ser o parcelamento a regra, excepcionada apenas quando, justificadamente, prejudicial ao interesse público. Nesse sentido, a decisão de parcelar ou não o objeto deve sempre estar devidamente justificada nos autos, cabendo ao agente público, após definido o objeto da licitação, verificar se é possível e economicamente viável licitá-lo em parcelas (itens, lotes ou etapas) que aproveitem as peculiaridades e os recursos disponíveis no mercado.

De acordo com o art. 14, § 2º, I, da Instrução Normativa SLTI/MP 4/2014, compete à equipe de planejamento da contratação avaliar a viabilidade de parcelamento da Solução a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da solução. Dessa forma, a licitação será por itens (menor preço), que é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento e possibilitar o atendimento das demandas deste órgão.

Nesse sentido, a Administração Pública se manifestou favorável ao parcelamento do objeto por se tratar de serviços executados de forma continuada e por conta da disponibilidade restrita de fornecedores aptos a atender a demanda. Destarte, o processo licitatório sendo feito desta maneira não prejudicará o conjunto da solução ou perda da economia de escala. Ademais, será exaltada a ampla participação de licitantes que possuam condições de assim participar do certame, sendo possível obter suas melhores propostas para uma frota veicular.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação de seguro veicular para a frota deste Centro de Instrução já foi realizada anteriormente por meio das Dispensas Eletrônicas nº 90101/2025, cujas vigências encerram-se, respectivamente, em janeiro e março, e do Pregão Eletrônico nº 90010/2025, setembro de 2026.

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade ininterrupta da cobertura securitária das viaturas do CIAGA, considerando o término iminente das apólices atualmente vigentes. Destaca-se que não há sobreposição de coberturas, uma vez que o início da vigência das novas apólices será ajustado para ocorrer imediatamente após o término das apólices em vigor, conforme disciplinado no item 5.9 do Termo de Referência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em relação ao alinhamento aos planos instituídos pelo órgão, a contratação em tela coaduna-se com o Planejamento Estratégico Organizacional do CIAGA – PEO (2021–2025), visto que um dos macroprocessos existentes neste Centro é o Apoio à Execução do Ensino Profissional Marítimo, devendo ser provida a infraestrutura de apoio, alojamento, rancho, pagamento, limpeza, recursos instrucionais, manutenção das instalações, transporte, saúde, segurança, eventos culturais, esportivos, sociais, recreativos e religiosos etc.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A solução deverá permitir o alcance dos seguintes benefícios:

ITEM	BENEFÍCIOS PRETENDIDOS
1	Proteção patrimonial garantindo a cobertura contra danos materiais decorrentes de acidentes, colisões, furtos, roubos, incêndios e eventos naturais.
2	A cobertura de assistência 24h e veículos de substituição (quando incluída) assegura que o CIAGA mantenha sua capacidade operacional mesmo em caso de sinistros.
3	Cobertura para danos causados a terceiros, tanto materiais quanto corporais, o que reduz a exposição a ações judiciais e indenizações.
4	Com o seguro, a gestão de sinistros é transferida para a seguradora, diminuindo a carga administrativa interna.
5	Permite um melhor planejamento e controle dos custos relacionados à frota, evitando despesas inesperadas e onerosas com reparações ou substituições.

13. Providências a serem Adotadas

No caso específico desta contratação não há necessidade de adequação do ambiente deste Centro de Instrução para a prestação dos serviços objeto deste estudo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não vislumbram-se impactos ambientais decorrentes da contratação.

15. Contato para Esclarecimentos

Para informações adicionais ou dúvidas sobre este Estudo Técnico Preliminar, os interessados poderão entrar em contato com a Divisão de Serviços Gerais do CIAGA, pelo telefone (21) 8127-2416 ou (21) 8127-2410 e pelo e-mail lander.mata@marinha.mil.br.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO SILVEIRA LOPES NETO

Equipe de apoio

BRUNO RIBEIRO VICENTE

Equipe de apoio

ROBSON MENDES ALVES

Autoridade competente